4.º

Oficiais

As condições especiais de admissão ao RC na categoria de oficial são, consoante a classe e ramo a que se destinam, as seguintes:

- a) Classe de técnicos superiores navais — ramos de engenharia, ensino, organização e administração:
- 1) Ter idade não superior a 29 anos até 31 de Dezembro do ano de início do RC;
 - 2) Estar habilitado com o grau de licenciatura, obtido em estabelecimento de ensino nacional ou estrangeiro, neste caso válido em Portugal;
- b) Classe de técnicos superiores navais — ramo de saúde:
- 1) Ter idade não superior a 31 anos até 31 de Dezembro do ano de início do RC;
 - 2) Estar habilitado com o grau de licenciatura, obtido em estabelecimento de ensino nacional ou estrangeiro, neste caso válido em Portugal, e, para os licenciados em Medicina, possuir o internato geral;
- c) Classe de técnicos navais:
- 1) Ter idade não superior a 29 anos até 31 de Dezembro do ano de início do RC;
 - 2) Estar habilitado com o grau de bacharel, obtido em estabelecimento de ensino nacional ou estrangeiro, neste caso válido em Portugal;
- d) Classe de fuzileiros:
- 1) Ter idade não superior a 26 anos até 31 de Dezembro do ano de início do RC;
 - 2) Estar habilitado, no mínimo, com o 12.º ano de escolaridade ou habilitação legalmente equivalente.

5.º

Sargentos

Os cidadãos que, no acto de admissão na Marinha, se vinculem à prestação de serviço efectivo em RC na categoria de sargento devem satisfazer as seguintes condições especiais:

- a) Ter idade compreendida entre 17 e 23 anos completados até 31 de Dezembro do ano da incorporação;
- b) Estar habilitado, no mínimo, com o 11.º ano do ensino secundário, completo, em área vocacional fixada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), ou possuírem habilitação legalmente equivalente;
- c) Constitui alternativa à habilitação referida na alínea b) estar habilitado com curso equivalente ao ensino secundário completo (12.º ano de escolaridade) e que, cumulativamente, confira certificado de qualificação profissional de nível 3, em área tecnológica definida pelo CEMA.

6.º

Praças

As condições especiais de admissão ao RC na categoria de praça são, consoante a situação militar dos candidatos, as seguintes:

- a) Para as praças da Marinha em SEN e em RV:
- 1) Ter idade não superior a 23 anos até 31 de Dezembro do ano de início do RC;
 - 2) Estar habilitado, no mínimo, com o 6.º ano de escolaridade, completo, ou habilitação legalmente equivalente;
- b) Para os cidadãos na reserva de disponibilidade e licenciamento oriundos da Marinha:
- 1) Ter idade não superior a 23 anos à data do regresso à efectividade;
 - 2) Possuir as habilitações referidas na alínea a) anterior;
 - 3) Ter prestado serviço efectivo em RV pelo período mínimo de 12 meses, excepto para os cidadãos que tenham cumprido o SEN antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 157/92, de 31 de Julho;
 - 4) Ter obtido aproveitamento nos cursos de formação frequentados durante a prestação do serviço militar antes da passagem à reserva de disponibilidade e licenciamento;
- c) Para os restantes cidadãos:
- 1) Ter idade compreendida entre 17 e 20 anos até 31 de Dezembro do ano da incorporação;
 - 2) Possuir as habilitações referidas na alínea a) anterior.

Ministério da Defesa Nacional.

Assinada em 22 de Fevereiro de 1993.

Pelo Ministro da Defesa Nacional, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário de Estado da Defesa Nacional.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Portaria n.º 328/93

de 20 de Março

Pelo Decreto-Lei n.º 107/92, de 2 de Junho, foi extinta a Inspeção dos Explosivos, passando a ser exercidas pela Polícia de Segurança Pública as atribuições e competências daquela.

Para o adequado cumprimento das atribuições e competências acima referidas, torna-se urgente criar a Comissão de Explosivos, como órgão consultivo do respectivo Comando-Geral para a área dos explosivos, uma vez que, com a revogação do Decreto-Lei n.º 37 925, de 1 de Agosto de 1950, foi extinta a anteriormente nomeada.

Nestes termos:

Ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 107/92, de 2 de Junho:

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e da Administração Interna, o seguinte:

1.º É criada a Comissão de Explosivos (CE), órgão consultivo do Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública (PSP) para a área dos explosivos.

2.º A CE terá a seguinte constituição:

- 1) Presidente — oficial superior da PSP, com a categoria de subdirector-geral, nomeado por despacho do Ministro da Administração Interna, sob proposta do comandante-geral da PSP;
- 2) Vogais:
 - a) Um professor de Explosivos da Academia Militar;
 - b) Um professor de Organização de Terrenos da Academia Militar;
 - c) Um professor universitário de Química;
 - d) Um professor universitário da área dos Explosivos;
 - e) Um oficial da Armada em serviço no Laboratório de Explosivos da Marinha;
 - f) Um engenheiro da Direcção-Geral da Indústria, do Ministério da Indústria e Energia;
 - g) Um engenheiro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
 - h) Um engenheiro da Direcção-Geral de Geologia e Minas, do Ministério da Indústria e Energia;
 - i) O chefe da 4.ª Repartição do Comando-Geral da PSP;
 - j) Um representante do Comando do Batalhão de Sapadores Bombeiros.

3.º A CE funcionará como órgão de consulta do Comando-Geral da PSP para estudo, informação, licenciamento, fiscalização de produtos e inspecção de todos os assuntos que, sob o ponto de vista técnico e científico, digam respeito a substâncias explosivas.

4.º — 1 — Os vogais que constituem a CE serão nomeados e exonerados pelos membros do Governo que tutelam os respectivos organismos.

2 — As funções de vogal são acumuláveis com as de qualquer outro cargo oficial.

5.º — 1 — A CE reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do seu presidente e será secretariada pelo chefe da 4.ª Repartição do Comando-Geral da PSP.

2 — Cada um dos vogais receberá uma gratificação por presença por cada sessão, que será fixada e actualizada nos termos da alínea c) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 110-A/81, de 14 de Maio.

Ministérios da Defesa Nacional e da Administração Interna.

Assinada em 9 de Fevereiro de 1993.

O Ministro da Defesa Nacional, *Joaquim Fernando Nogueira*. — O Ministro da Administração Interna, *Manuel Dias Loureiro*.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DAS FINANÇAS

Portaria n.º 329/93

de 20 de Março

A Portaria n.º 496/92, de 17 de Junho, que vem alterar o quadro do pessoal civil da Força Aérea, aprovado pela Portaria n.º 227/91, de 21 de Março, contém inexactidões e lapsos que urge rectificar, o que, dado o tempo decorrido sobre a sua publicação, só pode ser feito mediante uma portaria.

Assim, ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças, que os quadros do pessoal técnico superior de arquivo e do pessoal administrativo, constantes do anexo 1 à Portaria n.º 496/92, de 17 de Junho, sejam alterados de acordo com o mapa anexo à presente portaria, que dela faz parte integrante.

Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças.

Assinada em 12 de Fevereiro de 1993.

Pelo Ministro da Defesa Nacional, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário de Estado da Defesa Nacional. — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento.

MAPA ANEXO

Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Grau	Categoria	Número de lugares	Lugares a extinguir quando vagarem
Pessoal técnico superior.	-	Arquivo	Técnica superior de arquivo	2	Assessor principal	1	-
				1	Técnico superior principal Técnico superior de 1.ª classe Técnico superior de 2.ª classe		
Pessoal administrativo.	3	Funções de natureza executiva relativamente às áreas de contabilidade, pessoal, aprovisionamento, património, secretaria, arquivo, expediente e dactilografia.	Oficial administrativo....	-	Chefe de secção	5	5
				-	Oficial administrativo principal Primeiro-oficial	(c) 79	-
	-	Segundo-oficial	(d) 85	6			
-	Terceiro-oficial	(e) 80	6				
	2	Dactilografia	Escriturário-dactilógrafo	-	Escriturário-dactilógrafo	195	194